

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Serviço de Reabilitação Lucy Montoro – Capital SP – Jardim Humaitá

CNPJ: 61.699.567/0068-08



Nota do Administrador

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M. – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Capital SP – Jardim Humaitá**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2022. São Paulo, 28 de fevereiro de 2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor Presidente da SPDM.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais		
ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
Ativo Circulante	5.851.802,13	7.366.944,20	Passivo Circulante	5.851.802,13	7.366.944,20
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1/3.2)	1.108.710,34	811.544,47	Fornecedores	12.711,22	9.660,23
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	812,94	479,93	Fornecedores Nacionais (Nota 3.9)	12.711,22	9.660,23
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	1.107.897,40	811.064,54	Serviços de Terceiros	122.769,59	91.406,47
Cliente e Outros Recebíveis	4.718.308,00	6.532.203,76	Serviços de Terceiros Jurídica (Nota 3.10)	122.769,59	91.406,47
Clientes (Nota 3.3)	4.687.791,44	6.502.316,31	Serviços Próprios	572.246,22	450.770,76
Secret Direitos Pessoa c/			Salários a pagar (Nota 3.11)	144.133,47	123.569,93
Deficiência- Afiliados (Nota 3.3.1)	4.687.791,44	6.502.316,31	Contribuições a recolher (Nota 3.12)	35.981,76	33.226,55
Outros Créditos (Nota 3.4)	30.516,56	30.887,45	Provisão de férias (Nota 3.13)	304.612,51	224.396,95
Adiantamento Fornecedor (Nota 3.4.1)	3.645,22	16.701,67	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	24.369,00	17.928,02
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	26.871,34	14.185,78	Impostos a recolher (Nota 3.14)	63.064,68	51.586,64
Despesas Antecipadas (Nota 3.5)	3.575,50	5.592,71	Benefícios	84,80	62,67
Despesas Antecipadas	3.575,50	5.592,71	Tributos	16.670,75	8.579,84
Estoques (Nota 3.6)	21.208,29	16.603,26	Obrigações Tributárias (Nota 3.15)	16.670,75	8.579,84
Materiais Utilizados no setor de nutrição	4.147,85	3.048,23	Conta a Pagar/ Valores de Terceiros	5.127.404,35	6.806.526,90
Materiais utilizados no Setor de Farmácia	809,17	961,53	Convênios/Contratos Públicos		
Materiais de almoxarifado	16.251,27	12.593,50	a Realizar (Nota 3.16)	5.122.834,94	6.802.658,60
Ativo Não Circulante	773.657,98	3.956.698,74	Outras Contas a Pagar (Nota 3.17)	1.935,90	1.777,72
Realizável a Longo Prazo	0,00	3.002.260,45	Estrutura SPDM	2.633,51	2.090,58
Diversos Valores a Receber	0,00	3.002.260,45	Passivo não Circulante	773.657,98	3.956.698,74
Valores a Receber	0,00	3.002.260,45	Não Circulante	773.657,98	3.956.698,74
Ativo Imobilizado Terceiros (Nota 3.7)	1.382.854,39	1.383.541,99	Recursos Convênios em Execução	773.657,98	3.956.698,74
Imobilizado - Bens Terceiros	1.382.854,39	1.383.541,99	Imobilizado - Bens de terceiros (Nota 3.7)	1.420.493,69	1.413.701,29
Ajuste Vida Útil Econômica			Ajuste vida útil econômica - Bens		
Bens Terceiros (Nota 3.7.1)	(628.061,35)	(447.915,98)	de terceiros (Nota 3.7.1)	(646.835,71)	(459.263,00)
Bens terceiros	(628.061,35)	(447.915,98)	Convênios/Contratos Públicos a Realizar	0,00	3.002.260,45
Intangível Terceiros (Nota 3.7)	37.639,30	30.159,30	Total do Passivo	6.625.460,11	11.323.642,94
Intangível de Terceiros	37.639,30	30.159,30	Patrimônio Líquido (Nota 5)	0,00	0,00
Ajuste Vida Útil Econômica			Resultado no período- Superavit/ Déficit	0,00	0,00
Intangível Terceiros (Nota 3.7.1)	(18.774,36)	(11.347,02)	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.625.460,11	11.323.642,94
Intangível Terceiros	(18.774,36)	(11.347,02)	As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		
Total do Ativo	6.625.460,11	11.323.642,94			
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.					

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais		
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	0,00	0,00
Superávit/Déficit do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	0,00	0,00
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda/baixa de ativos imobilizados	0,00	0,00
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	1.814.524,87	(3.360.724,66)
(Aumento) Redução outros créditos	3.002.631,34	(2.647.604,43)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	2.017,21	957,74
(Aumento) Redução em estoques	(4.605,03)	(5.455,10)
Aumento (Redução) em fornecedores	34.414,11	(16.669,19)
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contrato de Gestão	(4.682.084,11)	5.490.867,43
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	130.267,48	106.323,37
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(180.780,31)	(105.862,47)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	116.385,56	(538.167,31)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	0,00	0,00
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	0,00	0,00
(-) Aquisições de Imobilizados	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	180.780,31	105.862,47
(-) Adição de Bens Intangíveis	0,00	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	180.780,31	105.862,47
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	0,00
Captação de Empréstimos/financiamentos	0,00	0,00
(-) Pagamentos de empréstimos/financiamentos	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	297.165,87	(432.304,84)
Saldo inicial de caixa e equivalente	811.544,47	1.243.849,31
Saldo final de caixa e equivalente	1.108.710,34	811.544,47
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2021 e 2020

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras:

A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma Instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021.

Características da Unidade Gerenciada:

O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Capital SP - Jardim Humaitá (SRLM Humaitá), anteriormente denominado Centro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência Visual, é um projeto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. O SRLM Humaitá desenvolve atendimentos voltados para pessoas com deficiência visual, contemplando também, atividades de sensibilização, de orientação e/ou apoio. A partir da Resolução SEDPCD nº 18, de 12.11.2015, iniciou-se a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em 25 de julho de 2016, a SPDM firmou com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Contrato de Gestão Nº 013/2016 - Processo SEDPCD nº 145092/2015, no valor de R\$ 7.347.549,45 (Sete milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) que tem por objeto a operacionalização e execução dos serviços para o desenvolvimento de atividades de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, pelo prazo de 24 meses, para o gerenciamento do Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, e teve suas atividades iniciadas em 01.11.2016. Em 25 de julho de 2018 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 013/2016, no valor de R\$ 7.751.158,24 (Sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos), tendo como objeto a prorrogação do vínculo contratual estabelecido no instrumento celebrado em 25 de julho de 2016, pelo prazo de mais 2 (dois) anos, expiando em 25 de julho de 2020. Em 12 de novembro de 2019 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao CG 013/2016, reduzindo em 2,8% o valor global do contrato, para R\$ 7.530.416,56 (Sete milhões, quinhentos e trinta mil, quatrocentos e dezesseis reais e seis centavos) e apresentando o novo plano de trabalho. Em 24 de julho de 2020 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao CG 013/2016, no valor de R\$ 9.551.516,02 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e mil, quinhentos e dezesseis reais e dois centavos, tendo como objetivo a prorrogação do vínculo contratual estabelecido pelo instrumento celebrado em 25 de julho de 2016, sendo prorrogação para o prazo de 2 (dois) anos, expiando em 25 de julho de 2022.

1- Imunidade Tributária e Fiscal:

A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Em 01.11.2013 a SPDM foi qualificada como organização social da área de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, através do despacho do secretário de 31.10.2013 conforme Processo

continua

...continuação atender a legislação. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de bens do ativo imobilizado em 2021					
Descrição	Posição em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2021	RN
	Imobilizado - Bens de terceiros	1.413.701,29	13.245,90	6.453,50	
Bens Móveis	1.413.701,29	13.245,90	6.453,50	1.420.493,69	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	606.353,73	598,00	1.040,00	605.911,73	
Equip Processamento de Dados	435.475,70	0,00	0,00	435.475,70	
Mobiliário em Geral	80.507,16	3.118,00	306,50	83.318,66	
Maq. Utens e Equip Diversos	243.578,72	2.049,90	5.107,00	240.521,62	
Aparelhos e Equip Comunicação	3.959,80	0,00	0,00	3.959,80	
Apar e Utens Domésticos	13.666,88	0,00	0,00	13.666,88	
Softwares	30.159,30	7.480,00	0,00	37.639,30	
Total Imobilizado - Terceiros	1.413.701,29	13.245,90	6.453,50	1.420.493,69	

3.7.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens móveis de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.6 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros.

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2021

Descrição	Posição em 31/12/2020	Ajuste de Baixa	Posição em 31/12/2021	Taxas anuais médias de Ajuste	%
	Ajuste do Valor Econômico Acumulada de Bens Móveis de Terceiros	(459.263,00)	3.722,30	(194.784,77)	
Bens Móveis	(459.263,00)	3.722,30	(194.784,77)	(646.835,71)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(131.219,10)	121,35	(60.947,15)	(192.044,90)	10
Equip Processamento de Dados	(227.323,31)	0,00	(88.029,40)	(315.352,71)	10
Mobiliário em Geral	(23.962,11)	111,09	(8.103,98)	(31.955,00)	20
Máquinas Utens e Equip Diversos	(56.639,04)	6.979,56	(28.109,99)	(77.769,47)	10
Aparelhos e Equip Comunicação	(3.072,66)	0,00	(800,16)	(3.872,82)	20
Aparelhos e Utens Domésticos	(5.699,76)	0,00	(1.366,69)	(7.066,45)	10
Softwares	(11.347,02)	0,00	(7.427,34)	(18.774,36)	20
Total do Ajuste de vida útil	(459.263,00)	3.722,30	(194.784,77)	(646.835,71)	

3.8 - Estimativa de Rescisão Contratual: Em 31 de dezembro de 2020 a Instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual, em virtude da Cláusula nº 10 do Contrato de Gestão nº 013/2016 prever que, os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento.

3.9 - Fornecedores: Os valores contabilizados em Fornecedores são os relativos a compras efetuadas a prazo, ou seja, para pagamento futuro. A unidade gerenciada contabiliza na conta de Fornecedores o valor de R\$ 12.711,22 (doze mil, setecentos e onze reais e vinte e dois centavos), referente a aquisição de materiais de consumo, estoque, bens e outros.

3.10 - Serviços de terceiros: Os valores contabilizados em Serviços de Terceiros são as obrigações decorrentes da prestação de serviços, seja por pessoa física ou jurídica. O saldo de R\$ 122.769,59 (cento e vinte e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e nove centavos). **3.11 - Salários a Pagar:** Representa os salários devidos aos empregados e outros direitos adquiridos por lei (CLT). De acordo com a CLT, Artigo 157, § 1º - Integrar o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953).

3.12 - Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS E PIS. Com relação ao PIS a unidade gerenciada recebeu a imunidade através do Processo tributário nº 2006.61.00.027951-7/SP, que suspendem a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. **3.13 - Provisões trabalhistas:** Segundo pronunciamento do CPC PME (R1), Seção 21, a entidade deve reconhecer uma provisão apenas quando: (a) A entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de evento passado; (b) É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para liquidação; (c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável. A entidade tem como prática provisionar os valores referente a férias, 13º salário e encargos.

Descrição 31/12/2021 31/12/2020
Provisão de Férias 304.612,51 224.396,95
Provisão de FGTS s/ Férias 24.369,00 17.928,02

3.14 - Impostos a Recolher: O saldo desta conta representa os valores referentes à retenção na fonte de Imposto de Renda (IR) pessoa física, de competência federal, sobre os salários e rendimentos de funcionários e prestadores de serviço pessoa física, e à retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços (ISS), de competência municipal, sobre os rendimentos de prestadores de serviço pessoa física. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. O saldo final a pagar em 2021 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 16.670,75 (dezesseis mil, seiscentos e setenta reais e setenta e cinco centavos). **3.16 - Convênio/Contratos públicos a Realizar:** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2021 representa R\$ 5.122.834,94 (Cinco milhões, cento e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos). **3.17 - Outras contas a pagar:** De acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e também a Resolução CFC nº 1.180/09, as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor. Estão inclusas também nessa conta outras obrigações e passivos que não constam de contas específicas e são pouco comuns ou esporádicas para a empresa. **3.18 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.18.1 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2021, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 54.872,52 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Passivo Contingência 2021

Trabalhista	Provável	Possível
	R\$ 0,00	R\$ 54.872,52

4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais.

4.1 - Das Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 40.894,64 (quarenta mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos). **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os valores dos custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e as despesas operacionais estão relacionadas aos setores administrativos e foram segregadas e classificadas de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais, conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0068-08

Produção 2021		Total
Descrição	Procedimento	
Programa Reabilitação Visual	Serviço de Avaliação	N.º De Pessoas 662
	Atendimento Terapeutico Reabilitacional	N.º Atendimentos 1326
	Programa Reabilitação	1632
	N.º Atendimentos	4449
	Total	
Programa de Apoio à Inclusão	N.º De Pessoas 703	
	N.º Turmas 44	
	N.º Atendimentos 2391	
	N.º De Pessoas (Entrevistas) 149	
	N.º Currículo Analisado 476	
	N.º De Empresas* 14	
	N.º De Pessoas 427	
	N.º Atendimentos 1561	
	N.º Atendimentos 748	
	N.º Pessoas 40	
	N.º Turma 1	
Meta anual * (início em set/2021 término previsto para fev/2022, 40 pessoas inscritas)		

Contratado X Realizado 2021 - SRLM Humaitá			
Descrição	Procedimento	2021	
		Contratado	Realizado
Programa Reabilitação	Serviço de Avaliação	N.º de Pessoas 192	662
	Atendimento Terapeutico Reabilitacional*	N.º Atendimentos 1.200	1.326
	Programa Reabilitação	1.440	1.632
	N.º Atendimentos	3.600	4.449
	Total		
Programa de Apoio à Inclusão	N.º de Pessoas 120	703	
	N.º Turmas 24	44	
	N.º Atendimentos 1.872	2.391	
	N.º de Pessoas (Entrevistas) 144	149	
	N.º Currículo Analisado 432	476	
	N.º Empresas 10	14	
	N.º De Pessoas 288	427	
	N.º Atendimentos 1.440	1.561	
	N.º Atendimentos 600	748	
	N.º Pessoas 40	40	
	N.º Turma 1	1	

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021			
Receitas	Custeio	Investimento	
Repasses do Contrato / Convênio	4.816.785,32	-	
Receitas Financeiras e Outras Receitas	40.894,88	-	
Total das Receitas	4.857.680,20		
Despesas	Custeio	Investimento	
Despesas com Pessoal	2.988.847,96	-	
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	1.734.131,03	-	
Total das Despesas	4.722.978,99		
9 - Contribuições Sociais: Por atender os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempes-			

tivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 834.738,47 (Oitocentos e trinta e quatro mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS sobre folha de pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade usu-

continua

...continuação) fruiu ano exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 669.723,23 (Seiscientos e sessenta e nove mil, setecientos e vinte e três reais e vinte e três centavos). Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$615.785,81 (Seiscientos e quinze mil, setecientos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 140.924,48 (Cento e quarenta mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R\$ 111.161,76 (Cento e onze mil, cento e sessenta e um reais e setenta e seis centavos). **9.3 - Isenção para**

o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag): A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 R\$ 24.090,76 (Vinte e quatro mil, noventa reais e setenta e seis centavos); em 2020, R\$ 22.151,28 (Vinte e dois mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos). **10 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade

possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86 (Um mil, novecentos e oito reais e oitenta e seis centavos); em 2020 estes valores apurados foram de R\$ 1.918,09 (Um mil, novecentos e dezoito reais e nove centavos). **11-Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM Relatório dos Auditores Independentes	Dra. Yumi Kaneko - Diretora Técnica	Denise Carmo de Almeida - Contadora CRC 1SP 289.563/O-7
<p>Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Serviço de Reabilitação Lucy Montoro – Capital SP – Jardim Humaitá) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A</p>	<p>administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evi-</p>	<p>dência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.</p>